Eixo 1: Práticas de inclusão escolar nos diferentes níveis e modalidades de ensino
Resumo expandido

Capacitismo: diversidade nas escolas e na sociedade

Estela Costa Ferreira

IFSULDEMINAS e UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ - UNIVÁS
Professora de Matemática do IFSULDEMINAS, campus Pouso Alegre e Doutorando no programa de Educação Conhecimento e Sociedade da Universidade do Vale do Sapucaí, UNIVÁS. E-mail: estela.ferreira@ifsuldeminas.edu.br

Resumo: Atualmente, muito se discute sobre a inclusão de todos os alunos nas escolas regulares. Entretanto, muitas barreiras ainda precisam ser derrubadas. Dentre os diversos desafios para a inclusão, discutimos o capacitismo que é entendido como uma ideia que considera a pessoa com deficiência como incapaz de realizar atividades ou tomar decisões por si mesma. O pensamento capacitista menospreza a pessoa com deficiência, considerando-a como menor ou menos importante. Historicamente, aprendemos a segregar aquilo que consideramos diferente e isto não foi diferente com as pessoas com deficiência. Mesmo com a legislação respaldando a permanência nas escolas, as pessoas com deficiência, muitas vezes, são vistas apenas através de seus laudos médicos. A maneira como vemos a deficiência está relacionada com a forma de tratamento social e influencia às escolhas de métodos e estratégias de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é explorar os conceitos sobre capacitismo no contexto escolar e instigar a compreensão e discussão sobre o assunto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa realizada inicialmente nas bases de dados Scielo, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e consultas em palestras e minicursos disponíveis online sobre o tema. Esperamos que, os assuntos brevemente comentados neste trabalho, incentivem as discussões sobre o tema. Além de aguçar o debate sobre metodologias de ensino e aprendizagem voltadas para a inclusão de todos os alunos.

Palavras-chave: Inclusão, Pessoa com deficiência, Educação Inclusiva, Capacitismo.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um tema muito debatido hoje em dia. A igualdade de condições de acesso e permanência na escola implica na discussão e alteração de conceitos de normalidade e padrões de aprendizagem. Devemos assegurar a cidadania, o acesso universal e a garantia do direito de todos os alunos à participação nos diferentes espaços da estrutura social (DUTRA, 2006).

A legislação brasileira comtempla o tema da Educação Especial de maneira prolixa. Mas, o processo de inclusão não se faz apenas com respaldo legislativo, são necessárias mudanças no contexto socioeconômico, cultural e de planejamento contínuo, alterando

valores da sociedade como um todo (BUENO, 1993).

Historicamente, de acordo com Diniz (2007), a pessoa com deficiência foi vista apenas como lesão e/ou um fato isolado. Assim, a sociedade se isentava de sua responsabilidade, já que na concepção médica, a deficiência é uma tragédia pessoal, individual e biológica que deve ser combatida através de tratamentos com intuito de normalizar a pessoa. Neste contexto, há uma tentativa de isentar a família e a sociedade do "peso" de conviver e educar uma pessoa que não corresponde aos padrões de normalidade impostos pela sociedade, a solução encontrada foi segregá-lo. Essa política de "favor" limita o desenvolvimento da educação (BUENO, 1993). Dessa forma, o ensino e a aprendizagem de maneira segregados não é recomendado, pois torna a educação simplória e descontextualizada da realidade. Como a ideia da inclusão está fundamentada em uma filosofia de reconhecimento e aceitação da diversidade na vida em sociedade, não faz sentido a segreção e/ou a exclusão de alunos das aulas e escolas.

A política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) corrobora com a ideia de que a educação inclusiva está fundamentada na concepção dos direitos humanos no sentido de considerar igualdade e diferenças como valores indissociáveis, seguindo na direção da busca por equidade dentro e fora da escola.

Dentre os diversos desafios enfrentados na busca pela inclusão, esbarramos com o capacitismo. Quando a pessoa com deficiência é vista como incapaz ou inapta para realizar tarefas como trabalhar ou tomar decisões próprias enquanto sujeito autônomo e independente, estamos configurando uma lógica capacitista. Essa ideia advém da proposição de um corpo ideal que nos é imposta culturalmente, então tudo o que foge deste ideal é colocado como menos humano ou anormal (ANDRADE, 2015).

O objetivo deste trabalho é o explorar os conceitos sobre capacitismo e instigar a compreensão e discussão sobre o assunto no ambiente escolar. A necessidade de discutir os processos de inclusão, de repensar o ambiente escolar na busca por uma educação crítica e de qualidade, justifica esta pesquisa. Entendemos que para incluir não basta estar junto, é preciso pertencer ao ambiente. Dessa forma, o capacitismo é um empecilho para o ensino e aprendizagem do aluno, já que pressupõe a pessoa com deficiência como alguém menor, ou menos importante, contrariando a ideia de equidade escolar. Nossos preconceitos precisam

ser superados para alcançarmos uma educação verdadeiramente crítica e compromissada com a sociedade.

METODOLOGIA

De acordo com Lehfeld (1991), uma sequência de etapas com objetivo definido pelo pesquisador para investigar fatos de uma realidade através de procedimentos sistemáticos é chamada de pesquisa. Neste trabalho, a pesquisa inicial foi realizada nas bases de dados Scielo e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Também foram consultados palestras e minicursos disponíveis online sobre o tema. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Este trabalho visa explorar os conceitos sobre capacitismo no contexto escolar e instigar a compreensão e discussão sobre o assunto. Assim, a compreensão se dará pela trajetória percorrida, podendo ser reconfigurada para descrever com maior profundidade os aspectos envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por muito tempo, a pessoa com deficiência foi vista como incapaz, anormal e deveria ficar alheia a sociedade. Esse pensamento, segregou e humilhou pessoas por anos. Até os dias de hoje, a deficiência, muitas vezes, é vista como um parecer médico. Nas escolas, não é incomum, frases como “este aluno não pode reprovar, pois possui laudo médico”. Afirmações como essa, mostram um carácter capacitista, isentando a escola de qualquer responsabilidade com o aprendizado deste aluno. Temos a impressão que pessoas com deficiência não são capazes de aprender e participar da vida em sociedade. “As pessoas não são definidas exclusivamente pela sua lesão, existe uma completude de características que abarca essa variação corporal e funcional e esta vai além do diagnóstico clínico” (BOCK; GESSER; NUERNBERG, 2018, p. 145). Independente do laudo médico apresentado, a escola tem obrigações com esse aluno, devendo ensinar, avaliando seu progresso e adequando situações para um melhor aprendizado.

> [...] não é mais uma simples expressão social de uma pessoa. Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Assim como outras formas de opressão pelo corpo, tais como sexismo ou o racismo, os estudos sobre deficiência descortinaram uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente (DINIZ, 2007, p.1).

Mello (2016) define capacitismo como a maneira como as pessoas com deficiência são tratadas como incapazes para trabalhar, estudar ou tomar decisões, comparando as demandas das pessoas com deficiência às discriminações sociais como racismo e homofobia. O capacitismo aparece, muitas vezes, como uma tentativa de ajudar o outro, de exaltar suas conquistas ou de cumprimentar suas realizações. Entretanto, essas “boas intenções” vêm acompanhadas de uma ideia de incapacidade. A pessoa com deficiência é elogiada por ser e/ou fazer o mesmo que as outras pessoas fazem, não é exaltada por conquistas, mas por (r)existir com deficiência.

Entendemos o modelo médico como inapropriado para o ambiente escolar, visto que ele classifica os estudantes com deficiência como incapazes. O modelo social possui um aporte teórico condizente com as necessidades educacionais, já que identifica barreiras na escola e na sociedade que dificultam ou impedem a participação de todas as pessoas em colaboração (SOUZA, 2021).

De acordo com BOCK; GESSER; NUERNBERG (2018), os processos de ensino e de aprendizagem trazem consigo um legado de segregação social e, consequentemente, não acolhem a diversidade em sala de aula, perpetuando a normalização do ser e acentuando o capacitismo. Compreendemos que a transformação do ambiente escolar, em um local de acolhimento e colaboração é necessária para a eliminação de barreiras e para a aprendizagem significativa de todos os estudantes.

Dessa forma, a escola deve deixar as ideias que corroboram com a segregação e integração, já superadas pela legislação brasileira, e buscar um aprofundamento de metodologias colaborativas e participativas com intuito de incluir todos os alunos e proporcionar uma aprendizagem plena e crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira como entendemos a deficiência, acarreta em alterações no tratamento e nas práticas de ensino e aprendizagem. Vimos que, a pessoa com deficiência, foi entendida como incapaz e segregada do convívio social. Mesmo hoje, com a legislação respaldando o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas escolas, diversas barreiras são impostas. Uma breve discussão sobre o capacitismo e as formas de enfrentamento e percepção do problema foram apresentadas. Não devemos entender a deficiência apenas como uma lesão que deve ser tratada para a normalização do ser. A pessoa com deficiência não deve ser definida apenas pela sua lesão, pois todos somos mais do que um diagnóstico.

Esperamos que este trabalho possa contribuir, mesmo que modestamente, para incentivar a discussão sobre a inclusão e repensar práticas capacitistas nas escolas. Entendemos que o pertencimento de todos no ambiente escolar é essencial para uma aprendizagem crítica e transformadora.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz? **As gordas**. Disponível em: https://medium.com/@sidneyandrade23/capacitismo-o-que- %C3%A9-onde-vive-como-se-reproduz-5f68c5fdf73e. Acesso: 14 out 2022.

BOCK, G. L. K.; GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. Desenho Universal para a Aprendizagem: a produção científica no período de 2011 a 2016. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 143-160, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/ntsFQKh3yqVMvJCpyWfQd4y/?format=pdf&lang=pt. Acesso: 17 out 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 1993.

DINIZ, D. **O que é deficiência**, col. primeiros passos, ed. brasiliense.1 ed. 2007. Disponível em: https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/2016/page/texto_o_que_e_deficiencia-2.pdf. Acesso: 17 out 2022.

DUTRA, P. Editorial. In: Inclusão. **Revista da Educação Especial**. Ano 2, n. 3, dez de 2006.

LEFEHLD, N. A. S.; BARROS, A. J. P. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MELLO, A. G. de**. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade**: do capacitismo ou a

preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC, Ciênc. saúde coletiva [online]. 2016, vol.21, n.10. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3265.pdf. Acesso: 17 out 2022.

SOUSA, Vanessa Castro Alves de. **O capacitismo e seus desdobramentos no ambiente escolar**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Paraíba, 2021.